

Por Renato Merolli (*)

Falar sobre o papel da saúde na economia brasileira é um desafio para o setor, principalmente para a iniciativa privada. Infelizmente, ainda há segmentos na sociedade que avaliam como sendo quase um crime o uso dos termos lucro e reajuste de preços dentro da saúde. Porém, visões assim em nada contribuem para o crescimento do setor. Pelo contrário, apenas atrasam a possibilidade de se construir um diálogo pautado no profissionalismo e nas reais necessidades do segmento e da população. Para que o setor possa desempenhar o seu lado social, é necessário que o lado econômico esteja equilibrado, que o sistema seja sustentável.

A saúde não tem preço, mas tem custos. Alguns deles são elevadíssimos. Manter um hospital, por exemplo, torna-se uma tarefa dispendiosa quando se olha para números como o da tributação sobre medicamentos, que chega a 31%. Os impostos, por sinal, são uma das principais razões do alto custo da prevenção e tratamento de doenças no país. Isso porque apesar da saúde ser um direito fundamental do cidadão e obrigação do Estado, esferas municipal, estadual e federal optam em tributar excessivamente todas as atividades ligadas à saúde. Quase 40% do valor de um bisturi é referente a impostos. Segundo levantamento da Confederação Nacional de Saúde, a carga tributária responde em média por 1/3 do valor do serviço ou produto médico-hospitalar.

No caso dos planos de saúde (dados da Abramge), os impostos que incidem no setor equivalem a 26,7% do faturamento das empresas do setor. Percentual superior a de outros segmentos como Agricultura (15,2%), Construção Civil (18,2%) e Siderurgia (19,9%). E alta do dólar apenas traz mais preocupações para a sustentabilidade do setor.

A moeda norte-americana acima de R\$ 3 representa um aumento de 25% somente nos custos hospitalares. Se o cenário permanecer assim, já se pode prever uma elevação significativa na inflação do setor. Porém, apesar de tudo, a saúde consegue manter-se no caminho oposto ao de diversos setores da economia que estão enfrentando um cenário de demissões. Mesmo com uma estagnação econômica que atinge, por exemplo, o crescimento dos planos de saúde, fator que impacta em toda a cadeia, a Saúde permanece com saldo positivo na criação de empregos. Números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que diversos segmentos da indústria apresentam saldo negativo na geração de postos de trabalho, por outro lado a saúde tem um saldo favorável de mais de 24 mil vagas.

O volume de empregos gerados em 2014 no setor cresceu 13,5% em relação ao ano anterior, chegando a 105,7 mil empregos. Como se pode ignorar o papel que o segmento desempenha na economia? Como desconsiderar que a saúde já responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e que 57% do que é investido no segmento vem da iniciativa privada? Não se pode desprezar um setor que congrega mais de 244 mil estabelecimentos de serviços, 6.800 hospitais, além de empregar três milhões de trabalhadores diretamente e outros cinco milhões indiretos.

São números que por si só deveriam colocar a Saúde com um lugar cativo na mesa de discussão sobre a economia brasileira. Somente com o crescimento desses números é que se poderá oferecer o atendimento que a população merece. Mas, antes de tudo, devemos admitir que não haverá lado social se o econômico estiver no vermelho.

(*) **Renato Merolli** é Presidente da [Confederação Nacional de Saúde](#).

Fonte: Jornal do Commercio/[anahp](#) - 29.07.2015.